

Política, democracia e o conceito de “representação política” em Weber.

Lílian Lenite da Silva¹
Wellington Lima Amorim²

RESUMO

*Este texto tem por objetivo apresentar e contextualizar o pensamento político de Max Weber, para poder reafirmar através do conceito de **representação política**, a posição prescritiva sobre política do autor, dentro da vertente da “democracia minimalista” e do pensamento liberal. O texto ainda fará uma discussão crítica da transição de Weber a respeito da escolhas dos representantes políticos dentro de um sistema de governo parlamentarismo para presidencialismo. Essa discussão contará com textos do próprio Weber bem como comentadores reconhecidos e competentes dentro da literatura específica³.*

PALAVRAS CHAVES: Política, Estado, Democracia e Representação política.

ABSTRACT

This text has for objective to present and to contextualizar the thought politician of Max Weber, to be able to reaffirm through the representation concept politics, the prescriptive position on politics of the author, inside of the source of the "minimalista democracy" and the liberal thought. The text still will make a critical quarrel of the transision of Weber regarding the choices of the representatives politicians inside of a government system parliamentarism for presidentialism. This quarrel will count inside on texts of the proper Weber as well as recognized and competent commentators of specific literature.

KEYS WORDS: Politics, State, Democracy and Representation politics.

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Univali e Mestre em Sociologia política pela UFPR. E-mail: licasell@hotmail.com.br.

² Graduado em Filosofia pela UFRJ, Mestre em Filosofia Política e Sistemas Éticos pela UNISINOS e Doutorando pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas pela UFSC. E-mail: wellington.amorim@gmail.com

³ É salutar dizer que a escolha do tema e do autor deve-se ao fato de que minha dissertação de mestrado consta com a discussão de representação política, democracia representativa e participativa.

O político pode e deve assumir compromissos. Mas minha profissão é a de erudito, e o erudito não pode assumir compromissos e acobertar o “contra-senso”. Max Weber

INTRODUÇÃO

O objetivo deste breve “ensaio” é apresentar e analisar o conceito de “representação política” de Max Weber. Tal discussão se faz necessária tendo em vista a centralidade que o tema da democracia possui no debate político contemporâneo. Neste sentido, cabe indagar: o que é representação política? Visando contribuir neste sentido, este texto busca apresentar a tipologia de representação política de Weber, situando estes conceitos no conjunto de seu pensamento político e de sua visão sobre a democracia. Por esta razão, o texto está dividido em três partes. A primeira apresenta os principais elementos da “teoria política” de Max Weber. A segunda parte apresenta sua “teoria da democracia”. Na terceira parte, por sua vez, apresentamos sua “teoria da representação”. Nosso objetivo é mostrar que o conceito de representação política em Weber só adquire plenamente o seu sentido e compreensão se for contextualizado, tomando-se como referência sua “teoria política” e sua “teoria democrática”. Colocando de outra forma: pretende-se mostrar quais as conexões que podemos encontrar entre os três elementos acima citados: 1) teoria da representação, 2) teoria da democracia e 3) teoria política de Weber.

1. Teoria política

Quando falamos de teoria elitista de democracia, da tradição liberal, (na qual o papel do Estado é mínimo), ou seja, o objetivo é a liberdade individual do cidadão, falamos das obras de Max Weber, que exerceu grande influência na sociologia política e na ciência política contemporânea. Visando aprofundar o assunto, apresentaremos uma visão global da

teoria política weberiana com base na interpretação de David Held (1987), Antony Giddens (1998) e Richard Bellamy (1994) complementando-a com obras do próprio Max Weber. Esta breve apresentação será nosso passo preliminar para as tarefas seguintes: 1) a discussão sobre a teoria da democracia e, 2) a discussão sobre o conceito de representação política e Weber. O objetivo, portanto, é que as reflexões deste primeiro tópico nos ajudem a situar a discussão sobre a teoria democrática de Weber no quadro mais amplo de seu “pensamento político”.

Antes de entrarmos propriamente no pensamento político de Weber, devemos lembrar, segundo Giddens, que a análise política do autor é sobretudo uma análise da estrutura política da Alemanha, que tinha três elementos fundamentais: “a posição tradicionalmente estabelecida dos proprietários de terras “feudais”, Junker; a tendência à “dominação burocrática incontrolada” pelo funcionalismo do Estado; e a carência de liderança política que se vinculava a cada um desses fatores” (Giddens, 1998, p.49).

A análise política de Weber é sem dúvida advinda da sua compreensão sobre os Junkers que eram um patriarcado rural que detinha o poder do Estado e, que promoveu a industrialização da Alemanha de maneira deficiente.

A reflexão de Weber a respeito do liberalismo estava voltada para um equilíbrio entre direito, poder, lei e força. O liberalismo também deveria passar por uma reforma necessária para poder ser aplicado a vida moderna, e ser discutido com sua principal alternativa: o marxismo.

Especificamente sobre o liberalismo Richard Bellamy (comentador inglês) discute esta questão travando um debate com dois dos maiores estudiosos das obras de Weber, J.P. Mayer e Wolfgang Mommsen. Estes autores sustentam que Weber escreveu sobre o liberalismo a partir da realidade alemã, por isso a dimensão germânica e patriótica dos seus escritos políticos é muito forte. Todavia, Bellamy discorda da interpretação desses dois

autores e afirma que Weber escreve sobre o liberalismo além da realidade alemã, tomando como contexto o mundo moderno. Assim:

Longe de ser um expoente do imperfeito liberalismo alemão, vou acordar que o seu pensamento apresenta uma profunda crítica da plausibilidade dos valores liberais no mundo moderno, e proporciona um ponto de partida para um necessário repensar da política liberal atual. (BELLAMY, 1994, P.280).

Como podemos observar, o ponto de partida político de Weber é o liberalismo. Porém, como discutir essa questão num momento histórico-político do mundo (principalmente a partir do século XIX) no confronto entre socialismo e capitalismo? Assim como Karl Marx, Weber também fez sua análise sobre o capitalismo afirmando que esse sistema sócio-econômico trazia preocupações com a igualdade e a liberdade enquanto o socialismo não trazia preocupações dessa natureza. O que deve ser destacado também é que Weber, ao analisar o capitalismo, ressalta alguns pontos de vista com Marx. Vejamos alguns aspectos:

Quadro 01 - Weber e Marx: convergências e divergências			
O que Weber concorda com Marx sobre classes sociais		Capitalismo Estado Burocrático	
Positivo	Negativo	Weber Weber	
Weber aceitava como Marx a existência das lutas de classes.	Weber não aceitava a teoria da mais-valia, no sentido das classes não serem exploradoras.	Para Weber o capitalismo industrial é um fenômeno ocidental.	Burocracia e racionalização são concomitantes.

As classes ² são aspectos resultantes das relações econômicas.	Não há possibilidade de revolução proletária.	A racionalidade ³ é o caráter fundamental da sociedade capitalista moderna.	O Estado fica comprometido com a expansão da burocracia.
Classes são agregados de indivíduos que partilham oportunidades no mercado de trabalho.		O mundo moderno é dominado pela razão científica e tecnológica (racional).	
Classe constitui uma forma de distribuição de poder.		Os indivíduos da sociedade da sociedade moderna escolhem seus valores, não há uma luta por deuses.	

Como vemos, a reforma por uma política liberal defendida por Weber é muito crítica e tem suas bases no mecanismo de competição de valores e da liberdade de escolha. Tal fato se deve ao alto grau de racionalização do mundo moderno.

Quando conhecemos com maiores detalhes a preocupação de Weber com o excesso de racionalização e o alto grau de burocracia⁴ no mundo moderno, nos remetemos a duas noções discutidas pelo autor alemão no seu pensamento político: o parlamento e Estado que doravante explicaremos. Como podemos então, ter mecanismos de administração estatal que não fossem tão centralizados e burocráticos? Qual meio pode ser usado que não signifique o exercício de dominação, mas que ao mesmo tempo não perca a racionalidade do papel do Estado?

Weber é extremamente cético a respeito da democracia direta⁵. Não que esta fosse impossível, mas, exigiria algumas condições necessárias que não se faziam mais presentes no mundo contemporâneo. Portanto, ao invés de adotar o modelo grego, ele é crítico em relação a ele, principalmente porque:

o objetivo da democracia direta era a redução da dominação ao mais baixo nível possível mas, em uma sociedade heterogênea, a democracia direta levaria a uma administração ineficaz e a uma ineficiência indesejada, a instabilidade política e , em última instância, a um aumento radical na possibilidade do governo opressivo de minorias (HELD, 1987, P.136).

De certa forma, o modelo político de Weber encontra-se explícito na sua compreensão de parlamento e Estado. Vejamos neste primeiro momento com maiores detalhes a questão do Estado, pois a análise de parlamentarismo e presidencialismo expressa melhor a teoria democrática de Weber, que veremos num segundo tópico.

a) Estado

A respeito do Estado, sua constituição, definição, não se pode esquecer sua célebre obra: “A Política como vocação”, elaborada para uma conferência, pronunciada por Max Weber em 1919. Tal obra constitui uma síntese do pensamento político do autor. Os temas centrais deste texto são os seguintes:

- Conceitos de política, Estado e dominação
- Surgimento do Estado Moderno
- Surgimento e características dos políticos profissionais
- Surgimento e evolução dos partidos políticos
- A ética do político: convicção x responsabilidade.

Vale salientar que dessas divisões acima nos ateremos somente ao conceito de política, Estado e dominação que estão muito relacionados. Por “política” Weber afirma

ser: “o conjunto dos esforços feitos com vistas a participar ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado” (1967, p.55). Sobre Estado: “uma comunidade humana que, dentro de determinado território (...) reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física” (idem, p.56). Dominação: motivos pelos quais os indivíduos aceitam legitimamente a submissão a um poder político. A dominação pode ser tradicional (fundada na tradição), carismática (fundada nas qualidades do líder) ou racional-legal (fundada na obediência à normas estabelecidas). É importante assinalar que o político pode ser qualificado como um “líder carismático”, alguém capaz de liderar a multidão por suas qualidades pessoais.

A respeito do surgimento do Estado Moderno e muito brevemente dos políticos, (figura típica no Ocidente) é preciso entender a formação desse Estado. Na verdade, o Estado surge no início da era moderna da luta do príncipe contra os senhores feudais. Ele precisava monopolizar o poder e esvaziar a força de outros grupos sociais. Por isso, precisou formar um “quadro administrativo” que administrasse “os meios materiais de gestão”. Os políticos são justamente categorias de pessoas que vão se colocar ao lado do príncipe na sua luta contra os barões feudais. Segundo Weber, “foram eles, em tempos passados, o instrumento mais importante do poder dos príncipes e da expropriação política que, em benefício destes, se processava” (p. 63). Os políticos, são aqueles que fazem da atividade política sua profissão (vivem para a política).

Todavia, com a evolução das funções do Estado, o príncipe também precisava de um corpo de funcionários especializados em três domínios: finanças, guerra e direito. O príncipe teve que ceder parte de seu poder para os funcionários especializados. Desta forma, os assessores do príncipe se dividem em funcionários especializados (burocracia), de um lado, e funcionários políticos de outro. É este segundo tipo que é o político profissional moderno. Assim, entre as principais categorias sociais de onde surgiram os políticos, Weber menciona: os clérigos, os letrados com formação humanística, a nobreza da corte, o patriciado e os juristas. Outros aspectos também aparecem com a evolução do Estado Moderno, os partidos políticos e com isso uma ética do político.

Para tanto se deve lembrar que “o Estado moderno não é, como argumentava Weber, um efeito do capitalismo; ele precedeu e ajudou a promover o desenvolvimento do capitalismo” (1994, p. 138). Não são os fins que o definem o Estado e sim os meios. O que podemos dizer é que o Estado está permeado de um excessivo grau de burocratização e neste sentido a questão volta-se a burocracia. Em resumo, o homem estaria numa “gaiola de aço”, uma espécie de fim determinado pela sociedade. Portanto, Weber defendia um sistema político que não permitisse o excesso de burocratização para não virar como disse Giddens (1998, p. 49): “a ditadura dos funcionários” mas no qual a organização do Estado permanecesse na mão do próprio Estado. A posição política de Weber, principalmente a respeito do capitalismo e do Estado burocrático, é que: “A burocracia estatal reinaria absoluta se o capitalismo privado fosse eliminado (...) Este estado seria então semelhante à situação no antigo Egito, mas ocorreria de uma forma muito mais racional e por isso indestrutível” (WEBER, 1980, P.25).

Segundo Held, para Weber o socialismo é um fator a ser criticado pelo fato de não salvar a sociedade da burocratização, pois ele aumentaria esse processo, com a “abolição do mercado seria a abolição de um poder que se contrapõe de forma vital ao Estado” (1987, p.141).

2. Teoria da democracia

Já que vamos falar de democracia em Weber devemos ressaltar a existência de diferentes modelos de democracia, o que provocou uma divisão entre os teóricos no mundo contemporânea ocidental que tratam do tema. De um lado, temos a “teoria minimalista” que afirma que a única forma de democracia possível no mundo moderno é a democracia representativa (posição de Weber). Estes teóricos, de forma geral, partem da idéia de que o regime democrático é apenas um método para escolha dos governantes. Do outro lado, por sua vez, estão as “teorias amplas de democracia”, que defendem a idéia de que a

democracia deve ser entendida como fazendo parte de toda vida social, enquanto modelo de convivência política entre os cidadãos, no qual todos participam igualmente da distribuição do poder, dos bens econômicos e culturais. Este segundo grupo de teorias, portanto, defende o modelo da democracia participativa.

Sobre democracia são vários os textos de Weber, especialmente seus chamados “escritos militantes”. De forma geral, podemos dizer que o pensamento de Weber em sua obra “Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída” (1918) discute, como já indica o título, o sistema de governo parlamentarista. Porém, devemos ressaltar que a discussão a respeito da democracia em Weber não se fixa somente em torno do parlamentarismo. Na obra “O presidente do Reich” (1919), Weber adota o modelo presidencialista, inspirando-se na realidade americana.

Como Max Weber buscava uma possibilidade de melhorar as instituições políticas da Alemanha, principalmente após a derrota desta na primeira guerra mundial, sua preocupação passou a ser de instituir um modelo que pudesse reatar o desenvolvimento na Alemanha. Assim, sua adesão ao parlamentarismo foi positiva pelo fato de ser um modelo que (julgava ele) pudesse controlar a burocratização do Estado. Outro efeito que o parlamentarismo trazia era que melhoraria a forma de eleger políticos, cuja responsabilidade seria maior. Vejamos as próprias palavras de Weber:

Entretanto, para o político moderno a escola de lutas apropriadas é o parlamento e as disputas dos partidos perante o público geral; nem a concorrência pelo avanço burocrático nem qualquer outra coisa se constituirá num substituto adequado. Evidentemente, isto só é verdadeiro com relação a um parlamento cujo líder pode assumir um governo (WEBER, 1980, P.75).

Deve-se ressaltar que neste momento histórico o autor critica o presidencialismo como modelo de governo. Para Weber o presidencialismo era um modo cesarista de seleção, ou seja, o povo escolhe seu líder como se fosse um César. Segundo Weber “isso é particularmente verídico com respeito à posição do presidente dos Estados Unidos, cuja superioridade sobre o parlamento deriva de sua escolha e eleição

“formalmente” democráticas” (Weber, 1980, p.75). Weber ressalta ainda que “toda democracia parlamentar busca avidamente eliminar os métodos plebiscitários de seleção de líderes, pois tais métodos são perigosos ao poder parlamentar” (idem p.75). Podemos ainda confirmar num primeiro momento a defesa de Weber a respeito do parlamentarismo por três fatores citados por (Held, 1987):

1. – “(...) o parlamento mantém um certo grau de abertura no governo. Como um foro para debater política publicamente, ela assegura a oportunidade para a expressão de idéias e interesses competitivos”.
2. – “(...) a estrutura da discussão parlamentar, a natureza do debate e o requisito de que, para ser-se “persuasivo” é preciso atingir um elevado padrão de oratória torna o parlamento um importante campo de testes para aspirantes a líderes (...).
3. – “(...) o parlamento proporciona espaço para negociações sobre posições arraigadas”.

Todavia, o autor muda de uma posição parlamentarista para uma presidencialista. Segundo Giddens: “ Em Deutschlands Künftige Staatsform [A forma futura do Estado alemão], publicado em fins de 1918, Weber sustentava que o presidente da futura república alemã deveria ter um caráter plebiscitário, eleito pela massa da população e não pelo parlamento – cláusula que finalmente, em parte por sua influência acabou-se inscrevendo-se na Constituição de Weimar” (GIDDENS, 1998, P.37-38).

Richard Bellamy nos explica quais as razões desta mudança de postura política:

Três razões principais estão por trás da proposta de Weber. Primeiro, ele achava que um líder nacional popularmente eleito, era um meio de superar o particularismo regional e econômico (...). Em segundo lugar, defendia que, em uma época em que se fazia necessária uma reestruturação econômica importante, era vital uma figura de proa com autoridade para impor políticas freqüentemente impopulares (...). Terceiro, ele acreditava que um presidente plebiscitário oferecia o melhor mecanismo para assegurar liderança responsável, forte e pessoal. (BELLAMY, 1994, P.352-353).

Outro fator que deve ser esclarecido em Weber e que é reafirmado pelos comentadores é o termo “elitismo democrático”. Na verdade, esse termo é usado pelo fato de Weber afirmar que deve-se selecionar líderes de governo de forma competitiva. Por isso Held chama a teoria de Weber de “teoria competitiva elitista”: a democracia nada mais é do que um método de seleção de líderes.

De forma muito segura podemos afirmar que mesmo transite de uma posição parlamentarista para presidencialista, sua visão elitista sempre esteve presente. Podemos confirmar essa questão recorrendo ao próprio Weber: para ele o povo não deveria escolher diretamente seus governantes. Esta tarefa caberia ao parlamento, pois:

(...) o perigo político da democracia de massas para o Estado jaz primeiramente na possibilidade de elementos emocionais virem a predominar na política. A “massa” como tal (independentemente das camadas sociais que a compõem em qualquer exemplo particular) só é capaz de pensar a curto prazo. Pois, como toda experiência mostra, ela está sempre exposta a influências diretas puramente emocionais e irracionais (WEBER, 1980, P.82).

Portanto, o que podemos notar é que Weber defende um modelo de democracia representativa, como mostra Held nesta passagem:

Weber se referiu à democracia representativa moderna como uma “democracia de liderança plebiscitária”: “plebiscitária” porque as eleições rotineiras nos países ocidentais (Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos) estavam progressivamente se tornando indistinguíveis de um votação direta ocasional baseada na confiança (ou falta de confiança) governo; “de liderança” porque o que estava em jogo em tais eleições era a popularidade e credibilidade de determinados grupos de líderes, ou seja, elites políticas (HELD, 1987, P.144-145).

3. Teoria da representação política

Após falar de democracia representativa em Weber, vamos tratar do seu conceito de representação política. Para a exposição deste conceito, pretendemos coloca-lo em confronto com a definição dada por Bobbio para este termo em seu conhecido “Dicionário de Política”.

Por representação, Weber entende a ação de determinado representante de uma associação. Estas ações são atribuídas aos representantes de modo “legítimo” e “vinculante”. Porém, no interior da sociedade existem diversas realidades, que devem corresponder a vários tipos de representações. A tipologia apresentada por Weber é a seguinte:

- **Representação apropriada:** “um membro do quadro administrativo tem por apropriação o direito de representação (...). O poder representativo tem dimensão tradicional” (Weber, 1994, p. 193). Exemplo: esse tipo de representação acontece em associações de todas as espécies e principalmente nas patrimoniais, por isso que é apropriada.
- **Representação estamental;** é a por direito próprio, são direitos e privilégios apropriados. “Mas adquire caráter de representação (e por isso é as vezes considerada como tal), na medida em que o efeito da aprovação de um acordo estamental atinge, além da pessoa do privilegiado, as camadas não-privilegiadas, não apenas de dependentes imediatos, como também de outras pessoas que não tem direito estamentais” (Weber, 1994, p. 193). Exemplo: este tipo de representação acontece em todas as cortes feudais e grupos estamentais na baixa idade média e moderna alemã.
- **Representação vinculada;** são “representantes eleitos (ou determinados por rodízio, sorteio ou outros meios semelhante), cujo poder representativo é limitado interna ou externamente por mandato imperativo e direito de revogação, e vinculado

dos representados” (Weber, 1994, p. 193). Exemplo: representantes eleitos foram encontrados nas comunas francesas e nas repúblicas soviéticas.

- **Representação livre:** os representantes livres são também eleitos, porém, não devem favores ou seguem interesses dos seus delegantes, exceto por sua livre e espontânea vontade. No caso da eleição do representante, ele é somente senhor dos seus eleitores, e não o seu servidor. “Adotaram especialmente esse caráter as modernas representações parlamentares, as quais tem em comum, nesta forma, a objetivação geral – vinculação a normas abstratas (políticas, éticas) – que é a característica do poder legal” (Weber, 1994, p. 194). Exemplo: parlamentos.

Analisando melhor esse último exemplo, podemos perceber que esse tipo de representação expressa melhor o mundo moderno e as associações políticas como os parlamentos, que não podem ser explicados fora do papel dos partidos políticos. Neste sentido, Weber nos explica como são formadas as associações políticas e quem são seus representantes numa escala hierárquica dentro do modelo burocrático como: ministros, secretários, ou seja, dirigentes políticos do Estado que são trocados após a derrota ou vitória eleitoral. Todavia: “onde a dominação do partido esta plenamente desenvolvida, eles são impostos ao senhor formal o príncipe, mediante as eleições parlamentares, o príncipe, expropriado do poder de mando, fica reduzido ao papel de escolher o dirigente em negociação com o partidos e legitima-lo em nomeação e essa nomeação funciona como órgão legalizador para o chefe do partido ao cargo de dirigente” (WEBER, 1994, P.194):

Podemos observar que o modelo de representação política proposta por Weber que mais expressa o mundo moderno é a representação livre. Este conceito corresponde em Bobbio ao “mandato fiduciário”. Outro modelo de representação é a do governo representativo-plebiscitário, cuja representação é adquirir um poder próprio. Esta forma existe quando há divisão de poderes formais.

Deve ser ressaltado que Weber não faz somente uma defesa sobre uma forma específica de representação política (livre). Sua tarefa é também uma conceituação, embora ele afirme numa nota de rodapé o tipo de representação que encontramos. Vejamos o texto: “Própria do Ocidente não é a representação por si, mas a representação livre e sua união em corporações parlamentares; na Antiguidade e em outros lugares, só a encontramos em forma rudimentar (assembléia de delegados em ligas de cidades, porém sempre com mandatos vinculados)” (Weber, 1994, p.197).

Assim Weber determina o tipo de representação política que deveria ter o mundo moderno quando crítica a representação por “representantes de interesses”. Posição contrário a de Bobbio que diz termos que adotar uma forma de representação imperativa. Eis o texto de Weber:

Aquele tipo de corpos representativos nos quais os membros não são nomeados de modo livre e sem consideração profissional, estamental ou de classe, mas classificados segundo a profissão e a situação estamental ou de classe e nomeados por seus iguais, reunido-se – como se costuma dizer hoje em dia – numa “representação de categorias profissionais” (WEBER, 1994, P.196).

Essa postura da representação política de Weber é mais do que coerente uma vez que ele demonstra-se um teórico do elitismo democrático (democracia representativa).

CONCLUSÃO

Olhando para todo o pensamento político de Weber, percebe-se claramente sua visão realista da política. Neste sentido, Weber está mais perto da posição de Maquiavel do que da visão idealista e normativa de Platão e Aristóteles, por exemplo. É dessa mesma forma que categorizo Weber. E, ao contrário dos que apresentam Weber como pensador “neutro” em termos de posições políticas, não vejo nenhum cuidado neste sentido, pelo

menos em suas análises políticas, pois o autor toma declaradamente uma posição (liberal – democracia representativa)¹²

Interpreto Weber como um realista pelo fato dele não ver condições para uma democracia direta. Não que ele fosse contra, mas porque não havia condições para que as decisões políticas fossem levadas e resolvidas pelas massas, como ele próprio mostrou. Portanto, não significa somente defender uma idéia e não perceber o seu contexto e as condições no mundo moderno como a burocratização e a alta racionalização, mas um modelo realista que possa pelo menos ser aplicado de acordo com a realidade histórica. Diria que neste sentido, Weber foi profético, pois em 1920 já percebera a dificuldade de projetos que serviam muito bem para o mundo das idéias e não para o mundo sensível, ou seja, Weber diz como o mundo político é, e não como ela deveria ser.

Outro ponto que retomo é a questão liberal em Weber. Há muitos autores que afirmam que Weber não pode ser considerado um liberal, pelo fato de sua reflexão a respeito do tema, estar voltada para a reforma dessa corrente política no mundo moderno, e que o fato de Weber falar sobre o liberalismo era devido a realidade alemã da sua época. Todavia, discordo dessa interpretação e acredito que Weber não só escrevia sobre o liberalismo, como acreditava nessa corrente política como a única possível para o mundo moderno e como garantia da liberdade dos indivíduos. É por isso que afirmo que Weber era um político realista, pois via as condições da realidade social antes de defender uma idéia apaixonada e irracional como Marx. No entanto Weber não tinha vergonha de se corrigir, como, por exemplo, quando acreditava no parlamentarismo e depois transitou para o presidencialismo. Essa troca deve ser lembrada como seleção de melhores critérios de representação de lideranças. De qualquer forma, Weber não abandonou a escolha de lideranças como um bom teórico da democracia representativa. O problema de Weber não incoerência política, e sim, aquilo que melhor se adequava para seu tempo e sua região, pois o parlamentarismo naquele momento serviu melhor para controlar a burocratização do Estado e eleger políticos, cuja responsabilidade seria maior. Todavia, a mudança se deu mais uma vez devido a um único critério: melhor escolha de lideranças, pois, “o

presidente da futura República Alemã deveria ter um caráter plebiscitário, eleito pela massa da população e não pelo parlamento – cláusula que finalmente, em parte por sua influência acabou-se se inscrevendo na Constituição de Weimar” (Giddens, 1998, p.37-38). Outras razões a esse respeito se encontram no texto acima comentado por Bellamy.

No mais, toda essa contextualização sobre a política e a democracia em Weber deve-se como forma de melhor entendimento a respeito de sua forma liberal da política que pode ser reafirmada quando o autor escreve sobre “representação política”. Weber ao fazer toda uma tipologia, ou seja, apresentar as formas existentes de representação, deixa claro que a melhor forma de representação política é a “livre”. O representante é escolhido pelos representados, porém, não tem a obrigação de defender os interesses expressos pelo seu grupo. Como afirma Weber ele pode ser senhor de seus eleitos, mas, não o “servidor” deles. Frente a essa postura Weber deve ser considerado um teórico da democracia representativa, do elitismo democrático, e, principalmente, um liberal por reafirmar na sua conceituação de representação política sua teoria política e sua concepção de democracia.

Notas:

2 Uma comparação entre a teoria das classes de Marx e Weber pode ser encontrado em Sedi Hirano (2000).

3 O termo racionalidade é desenvolvido por Max Weber especialmente em seus estudos sobre a religião. No livro “A ética protestante, por exemplo, Weber afirma que: “os católicos não levaram tão longe quanto os puritanos a racionalização do mundo, a eliminação da mágica como meio de salvação (...). A vida do santo era dirigida unicamente para um fim transcendente: a salvação”. Assim, a disciplina do homem protestante representa a racionalização da vida, principalmente no trabalho, atingindo um radical nível de racionalização sendo uma das causas da origem do capitalismo. Esse processo também é chamado por Weber de “desencantamento do mundo” (1996, p. 81).

4 Por burocracia Weber afirma que: “Num Estado Moderno necessário e inevitavelmente a burocracia realmente governa, pois o poder não é exercido por discursos parlamentares nem por proclamações monárquicas, mas através da rotina da administração”. (Weber, 1980, p.16).

5 Por democracia direta, Weber entende como tomadas de decisões políticas onde o cidadão participa de forma direta.

6 A expressão “gaiola de aço” (iron cage) surgiu a partir da tradução americana feita por Talcott Parsons. Todavia, recentemente, Pierucci (2004, p.19) esclarece que a expressão alemã “stahlhartes Gehäuse” corresponde em português a tradução “rija crosta de aço”.

7 Sobre o tema do socialismo em Weber, conferir também a conferência pronunciada pelo autor, intitulada justamente de “Conferência sobre o socialismo” (in Fridman, 1993, p. 85-128).

8 Para uma discussão crítica sobre as teorias da democracia, veja-se o texto de Avritzer (1996).

9 A expressão “escritos militantes” refere-se aos textos escritos por Weber para intervir no debate político alemão de seu tempo. Neste sentido, diferem dos seus “escritos teóricos” que possuem um caráter mais especulativo (como o livro Economia e Sociedade por exemplo).

10 Sobre a importância do conceito de “tipos ideais” na obra de Weber, veja-se o texto de Saint-Pierre (1994).

11 Mas afinal, o que é a **representação política** para Bobbio? Para o pensador italiano “o sentido da representação política está, portanto, na possibilidade de controlar o poder político, atribuída a quem não pode exercer pessoalmente o poder”. De acordo com as definições de Bobbio, para entender o sentido da palavra representação precisamos entender duas coisas: 1º) como se dá a relação entre representante e representado e 2º) o que está sendo representado. Sobre a relação entre o representante e o representado, Bobbio esclarece nas atuais democracias contemporâneas pode-se falar em dois tipos fundamentais de relação que são: 1) a representação como relação de **delegação** (mandato imperativo): o representante é concebido como um executor privado de iniciativa e autonomia. Seu papel é apenas como o de um embaixador: executar a vontade popular. 2) a representação como relação de **confiança** (mandato fiduciário): neste modelo o representante possui maior autonomia e supõe que a única orientação para sua ação seja o interesse dos representados tal como ele é percebido pelo próprio representante. Todavia, para entender o sentido da representação é preciso considerar “o que” está sendo representado. Segundo o autor “A pode representar B no que se refere aos seus interesses gerais de cidadão ou no que se refere aos seus interesses particulares, por exemplo, de operário, de comerciante, de profissional liberal, etc.” Bobbio (1986, p.46). Todavia, com base nestes dois elementos, como poderíamos definir a democracia representativa. Que tipo de relação existe entre o representante e o representado nas democracias contemporâneas? Segundo Bobbio (1986, p. 36): as democracias representativas que conhecemos são democracias nas quais por representantes entende-se uma pessoa que tem duas características bem estabelecidas: a) na medida em que goza da confiança do corpo eleitoral, uma vez eleito não é mais responsável perante os próprios eleitores e seu mandato, portanto, não é revogável; b) não é responsável diretamente perante os seus eleitores exatamente porque convocado a tutelar os interesses gerais da sociedade civil e não os interesses desta ou daquela categoria. Estes são os fundamentos da teoria da representação política. Nela, o representante é eleito para representar os interesses coletivos (interesse geral e não interesses privados), agindo com autonomia diante dos representantes (mandato fiduciário e não mandato imperativo).

12 Embora não se possa negar que o próprio Weber defendesse uma ciência social objetiva e desprovida de paixões políticas. Veja-se Weber (1991).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia: ensaios da teoria habermasiana e teoria democrática*. São Paulo: Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

BELLAMY, Richard. *Liberalismo e sociedade moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

BIRNBAUM, Norman. *Interpretações conflitantes sobre a gênese do capitalismo: Marx e Weber*. In GEERTZ, R. (org) *Max Weber & Karl Marx*. Sao Paulo: Hucitec, 1997, 2º ed.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GIDDENS, Anthony. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

HELD, David. *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

HIRANO, Sedi. *Classes, castas e estamentos*. São Paulo. Ed: USP, 2000.

PERUCCI. Antonio Flávio. Apresentação. In WEBER, Max. *A ética protestante e espírito do capitalismo*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2004.

SAINT-PIERRE, Héctor L. *Max Weber: entre a paixão e razão*. São Paulo: Unicamp, 1994.

WEBER, Max. *Ciência e Política duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1967.

_____. *Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída*. 2º edição. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. *Sobre a teoria das ciências sociais*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

_____. *Conferência sobre o socialismo*. In FRIDMAN, Luis Carlos. *Émile Durkheim, Max Weber. Socialismo*. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará, 1993.

_____. *Economia e Sociedade*. 3. ed. Brasília: UnB, 1994, 2 vols.

_____. *A ética protestante e espírito do capitalismo*. 11. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.